

Aviso de CONTRATAÇÃO DIRETA

001/2026

CONTRATANTE (930117)

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO

OBJETO

O OBJETO DA PRESENTE DISPENSA É A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS DE AR-CONDICIONADOS DO TIPO SPLIT INSTALADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO - CRP-MA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO EVENTUAL FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, REMANEJAMENTO, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUANDO DEMANDADO PELA CONTRATANTE, PELO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 6.196,67

DATA DA SESSÃO

De 17/06/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08h às 14h.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026

(Processo Administrativo n.º 016/2026)



Torna-se público que o(a) **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO** realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento (*menor preço*), na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 17/06/2026

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: **8:00hrs às 14:00hrs**

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado do tipo Split instalados nas dependências do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão – CRP-MA, incluindo o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, bem como eventual fornecimento e substituição de peças, remanejamento, instalação e desinstalação de equipamentos, quando demandado pela Contratante, visando garantir o perfeito funcionamento, a conservação e a eficiência dos sistemas de climatização, pelo período de 12 (doze) meses.

1.2. Especificações do Objeto

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR TOTAL ESTIMADO |
|------|-----------------------|--------|---------|------------|----------------------|
| | Prestação de serviços | 3492 | Serviço | 1 | R\$ 6.196,67 (seis |



| | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|
| 1 | continuados de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado tipo Split, incluindo elaboração e acompanhamento do PMOC, emissão de ART, fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, pelo período de 12 (doze) meses. | | | | mil cento e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos) |
|---|--|--|--|--|--|



1.3. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos, quanto às especificações do objeto.

PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente Dispensa Eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e sua operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta Dispensa Eletrônica os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos;

2.2.2. estrangeiros que não possuam representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe tenha sido imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.2.5. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica, com o objetivo de burlar a efetividade da sanção aplicada, inclusive sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovada a prática ilícita ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.

2.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição, nos termos do Acórdão nº 746/2014 – TCU – Plenário.

INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da Dispensa Eletrônica dar-se-á com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, sua proposta contendo a descrição do objeto ofertado, quando aplicável, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta deverá conter declaração de que o fornecedor compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, especialmente o preço ofertado, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto da contratação.

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Caso o regime tributário da empresa implique o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos recolhimentos efetivamente realizados nos últimos 12 (doze) meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo informado na proposta, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus exatos termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando necessário, sua substituição.

3.8. Após o envio da proposta no sistema, o fornecedor não poderá retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, ainda, assinalar, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei, quando aplicável;

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema, reconhecendo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.9.6. que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

3.10. É facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, parametrizar valor final mínimo aceitável para fins de envio automático de lances pelo sistema.

3.10.1. Caso exerça essa faculdade, os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, observados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste Aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto no subitem anterior, o fornecedor poderá enviar lances manualmente durante a fase competitiva, na forma estabelecida neste Aviso de Contratação Direta.

3.10.2. O valor final mínimo parametrizado poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não seja superior ao menor lance por ele já registrado no sistema.

3.10.3. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso perante os demais participantes e perante a Administração, sendo conhecidos apenas os lances efetivamente enviados durante a disputa.

FASE DE LANCES

4.1. A partir das 08h00 da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio eletrônico, sendo encerrada automaticamente no horário previsto para o término da fase de lances.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar seus lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances iguais ou superiores ao menor lance registrado no certame, desde que inferiores ao seu último lance registrado no sistema, os quais serão considerados lances intermediários para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 1,00 (um real), incidindo tanto em relação aos lances intermediários quanto ao lance que assumir a primeira colocação.

4.4. Havendo lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. O fornecedor que não apresentar lances durante a fase competitiva concorrerá com o valor de sua proposta inicialmente cadastrada.

4.6. Durante a sessão pública, os fornecedores serão informados, em tempo real, do menor lance registrado, vedada a identificação de seu autor.

4.7. Encerrado o prazo estabelecido para a fase de lances, o sistema realizará automaticamente o ordenamento e a divulgação das propostas, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática e pontual no horário estabelecido neste Aviso, sem qualquer possibilidade de prorrogação, tempo adicional, tempo aleatório ou mecanismo semelhante.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

5.2. Caso o preço da proposta classificada em primeiro lugar esteja acima do valor estimado pela Administração, poderá ser realizada negociação visando à obtenção de condições mais vantajosas.

5.2.1. Nessa hipótese, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida proposta mais vantajosa e compatível com o valor estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser realizada com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, caso o primeiro colocado seja desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do valor máximo aceitável para a contratação, mesmo após a negociação.

5.2.3. Em qualquer hipótese, o resultado da negociação será registrado na ata do procedimento de Dispensa Eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível com o valor estimado, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta ajustada ao último lance ofertado e, quando necessário, de documentos complementares.



5.4. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta que:

5.5.1. conter vícios insanáveis;

5.5.2. não atender às especificações técnicas constantes deste Aviso de Contratação Direta ou de seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do valor máximo aceitável para a contratação;

5.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso de Contratação Direta ou de seus anexos, desde que insanável.

5.6. Será considerada inexequível a proposta que, após diligência da Administração, não demonstrar a viabilidade de sua execução ou a disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento adequado do objeto, especialmente quando:

5.6.1. apresentar preço insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado dos insumos e da mão de obra, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Aviso não tenha estabelecido limites mínimos, ressalvados os casos em que se referirem a materiais, equipamentos ou instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais este renuncie, total ou parcialmente, à respectiva remuneração;

5.6.2. apresentar valores incompatíveis com aqueles fixados em instrumentos normativos de observância obrigatória, tais como leis, medidas provisórias, acordos ou convenções coletivas de trabalho vigentes, quando aplicáveis.

5.7. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta ou necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser realizadas diligências para que o fornecedor comprove a exequibilidade de sua proposta.

5.8. Erros ou falhas no preenchimento da proposta não constituirão motivo para sua desclassificação, desde que seja possível a correção sem alteração da substância da proposta e sem majoração do preço ofertado.

5.8.1. O saneamento de erros ou falhas restringir-se-á à correção de aspectos formais que não impliquem modificação do conteúdo essencial da proposta.

5.8.2. Considera-se erro formal passível de correção a indicação de recolhimento de tributos e contribuições pelo regime do Simples Nacional quando o fornecedor não fizer jus a esse enquadramento.

5.9. Para subsidiar a análise da proposta quanto ao atendimento das especificações do objeto, poderá ser solicitada manifestação técnica do setor requisitante ou de unidade especializada da Administração.

5.10. Se a proposta classificada em primeiro lugar for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta considerada aceitável.

5.11. Havendo necessidade de realização de diligências ou de análise complementar, a sessão poderá ser suspensa, devendo ser informados, por meio do sistema eletrônico, a nova data e o horário para sua continuidade.

5.12. Encerrada a fase de julgamento e aceita a proposta mais vantajosa, será iniciada a fase de habilitação, observadas as disposições deste Aviso de Contratação Direta.

HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação constam do Termo de Referência, anexo a este Aviso de Contratação Direta.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor classificado em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça sua participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;
- e) Lista de Inabilitados e Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoas jurídicas, poderá ser utilizada a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, em substituição às consultas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”.

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, nos termos da legislação aplicável.

6.2.2.1. Caso sejam identificadas ocorrências impeditivas indiretas, a Administração realizará diligências para verificar a eventual tentativa de fraude ou burla às sanções administrativas aplicadas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla poderá ser constatada mediante análise de vínculos societários, compartilhamento de estrutura empresarial, identidade de sócios, linhas de fornecimento semelhantes ou outros elementos que evidenciem a continuidade da atividade empresarial.

6.2.2.1.2. Antes da eventual inabilitação, será assegurado ao fornecedor o direito de manifestação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção impeditiva, o fornecedor será considerado inabilitado por ausência de condição de participação.

6.3. Atendidas as condições de participação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor manter atualizadas as informações constantes do SICAF, de forma que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem anterior implicará a inabilitação do fornecedor, salvo se a Administração obtiver êxito na consulta direta aos sítios eletrônicos oficiais emissores das certidões necessárias.

6.4. Havendo necessidade de apresentação de documentos complementares para confirmação das informações prestadas, o fornecedor será convocado a encaminhá-los em formato digital, no prazo fixado pela Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente será exigida a apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida fundamentada quanto à autenticidade ou integridade dos documentos digitais apresentados.

6.6. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual – MEI que pretenda usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado:

a) da comprovação de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando aplicável;

b) da apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

6.7. Na hipótese de existência de mais de um item na contratação, o fornecedor provisoriamente vencedor em mais de um item deverá comprovar cumulativamente os requisitos de habilitação exigidos.

6.7.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre os itens de menor valor cuja exclusão seja suficiente para viabilizar a habilitação nos demais.

6.8. Havendo necessidade de análise detalhada dos documentos de habilitação, a sessão poderá ser suspensão, devendo ser informada, por meio do sistema eletrônico, a nova data e horário para sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar o atendimento às exigências de habilitação, seja por deixar de apresentar os documentos exigidos, seja por apresentá-los em desacordo com as condições estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de inabilitação do fornecedor classificado em primeiro lugar, será examinada a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta que atenda às exigências do objeto e às condições de habilitação.

6.10. Constatado o atendimento integral às exigências de habilitação, o fornecedor será declarado habilitado.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. A licitante deverá comprovar aptidão para a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, mediante a apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução satisfatória de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de climatização do tipo Split ou similares.

7.2. A empresa deverá apresentar Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dentro do prazo de validade.

7.3. A licitante deverá comprovar possuir, em seu quadro permanente ou mediante contrato de prestação de serviços, profissional legalmente habilitado para atuar como Responsável Técnico pela execução dos serviços, devidamente registrado no CREA.

7.3.1. A comprovação do vínculo do profissional com a empresa poderá ser realizada mediante apresentação de:

- a) carteira de trabalho;
- b) contrato social, quando o profissional for sócio;
- c) contrato de prestação de serviços;
- d) outro documento juridicamente válido que demonstre a disponibilidade do profissional para a execução contratual.

7.4. O Responsável Técnico deverá apresentar Certidão de Registro e Quitação junto ao CREA, dentro do prazo de validade.

7.5. A contratada deverá emitir a competente Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa aos serviços executados, quando exigível pela legislação profissional aplicável.

7.6. A contratada deverá elaborar, implementar e manter atualizado o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, em conformidade com a Lei nº 13.589/2018, normas da ANVISA e demais normas técnicas aplicáveis aos sistemas de climatização.

7.7. A contratada deverá dispor de equipe técnica, ferramentas, equipamentos e materiais necessários à adequada execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos serviços prestados.

7.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser objeto de diligência para verificação de autenticidade e compatibilidade com o objeto contratado.

7.9. Quando a licitante possuir sede em unidade da Federação diversa do local de execução dos serviços, deverá providenciar o visto ou registro junto ao CREA competente, como condição para assinatura do contrato, observada a legislação profissional aplicável.

CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e a adjudicação do objeto, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, nos termos da legislação aplicável.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta e na legislação pertinente.

8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecimento presencial, a Administração poderá encaminhar o Termo de Contrato para assinatura por meio eletrônico ou correspondência com aviso de recebimento (AR), devendo o adjudicatário devolvê-lo devidamente assinado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu recebimento.

8.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação do instrumento equivalente poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada pelo adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja previsão no Termo de Referência e seja demonstrada a vantajosidade para a Administração.

8.4. Na ocasião da assinatura do contrato ou da aceitação do instrumento equivalente, será exigida a comprovação de que permanecem válidas e atendidas todas as condições de habilitação e contratação exigidas neste Aviso, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência contratual.

8.5. A contratada deverá apresentar, antes do início da execução dos serviços, a indicação formal do responsável técnico, bem como providenciar a emissão da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), quando exigida pela legislação profissional aplicável.

8.6. A execução dos serviços deverá observar integralmente as disposições constantes do Termo de Referência, do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, da legislação sanitária aplicável e das normas técnicas vigentes.

SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Dispensa Eletrônica ou na execução do contrato;

9.1.9. fraudar a Dispensa Eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a apresentação de declaração falsa quanto às condições de participação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como a prática de conluio entre fornecedores, em qualquer fase do procedimento, inclusive após o encerramento da etapa de lances.

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações previstas neste item ficará sujeito, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções:

a) advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de infrações de menor potencial lesivo;

b) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado da contratação ou da parcela inadimplida, conforme a gravidade da infração;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos previstos nos subitens 9.1.2 a 9.1.7, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos previstos nos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nas demais hipóteses que justifiquem a imposição da sanção mais grave.

9.3. Na aplicação das sanções serão observados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes e atenuantes;

9.3.4. os danos causados à Administração;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser descontada de créditos existentes em favor da contratada ou cobrada administrativamente e, se necessário, judicialmente.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não afasta a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

9.6. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na legislação.

9.7. Caso, durante o processo de apuração de infração administrativa, surjam indícios da prática de ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013, os autos serão encaminhados à autoridade competente para adoção das providências cabíveis, inclusive quanto à eventual instauração de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas seguirão o rito previsto na Lei nº 14.133/2021 e nos normativos internos aplicáveis.

9.9. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR não interfere no regular andamento dos processos destinados à apuração de danos causados à Administração e à adoção das medidas de ressarcimento cabíveis.

9.10. A aplicação de qualquer penalidade será precedida de processo administrativo que assegure ao interessado o contraditório e a ampla defesa, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/1999.

9.11. As sanções aplicáveis durante a execução contratual observarão, ainda, as disposições constantes do Termo de Referência e do respectivo instrumento contratual.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O procedimento será divulgado no Sistema de Dispensa Eletrônica do Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sendo automaticamente encaminhado aos fornecedores cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio eletrônico, na correspondente linha de fornecimento compatível com o objeto da contratação.

10.2. Na hipótese de todos os fornecedores serem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.2.1. republicar o presente Aviso de Contratação Direta com nova data para realização do procedimento;

10.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, privilegiando-se, sempre que possível, a proposta de menor valor, desde que atendidas as condições de habilitação exigidas;

10.2.2.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, a contratação será formalizada fora do sistema eletrônico utilizado para a Dispensa Eletrônica;

10.2.3. fixar prazo para que os fornecedores promovam a adequação de suas propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3. As providências previstas nos subitens 10.2.1 e 10.2.2 também poderão ser adotadas quando não houver comparecimento de fornecedores interessados (procedimento deserto).



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA ELETRÔNICA 001/2026

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO

(Processo Administrativo nº. 016/2026)



1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva para 9 (nove) aparelhos de ar-condicionado do tipo Split instalados nas dependências do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão – CRP-MA, incluindo o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, bem como eventual fornecimento e substituição de peças, remanejamento, instalação e desinstalação de equipamentos, quando demandado pela Contratante, visando garantir o perfeito funcionamento, a conservação e a eficiência dos sistemas de climatização, pelo período de 12 (doze) meses.

1.2. Especificação do Objeto

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR TOTAL ESTIMADO |
|------|---|--------|---------|------------|---|
| 1 | Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado tipo Split, incluindo elaboração, implementação e acompanhamento do PMOC, emissão de ART, fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, pelo período de 12 (doze) meses. | 3492 | Serviço | 1 | R\$ 6.196,67 (seis mil cento e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos) |

1.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.



1.4. O valor estimado da contratação é de R\$ 6.196,67 (seis mil cento e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos), apurado mediante pesquisa de preços realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

1.5. O valor estimado possui caráter referencial e será utilizado exclusivamente para fins de planejamento da contratação, julgamento da aceitabilidade das propostas e reserva orçamentária, não constituindo garantia de faturamento mínimo à futura contratada.

1.6. A empresa contratada deverá elaborar, implementar e manter atualizado o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, bem como apresentar cronograma anual das manutenções preventivas a ser submetido à aprovação da fiscalização do contrato.

1.7. Os serviços deverão ser executados nos 09 (nove) equipamentos de ar-condicionado instalados na sede do CRP-MA, totalizando capacidade instalada de 150.000 BTUs, conforme inventário constante neste Termo de Referência.

1.8. O eventual fornecimento e substituição de peças, bem como os serviços de remanejamento, instalação e desinstalação de equipamentos, serão executados mediante solicitação da Contratante, prévia apresentação de orçamento pela Contratada e autorização formal da fiscalização do contrato, observado o limite legal e a disponibilidade orçamentária, não estando necessariamente contemplados no valor estimado da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Os sistemas de climatização instalados na sede do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão – CRP-MA são essenciais para garantir condições adequadas de conforto térmico, salubridade e bem-estar aos colaboradores, conselheiros, prestadores de serviços e usuários que utilizam as dependências da Autarquia. O adequado funcionamento desses equipamentos contribui diretamente para a continuidade das atividades administrativas e para a manutenção de um ambiente de trabalho seguro e produtivo.

2.2. A manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar-condicionado constitui medida indispensável para assegurar a eficiência operacional dos sistemas de climatização, prevenir falhas inesperadas, reduzir a ocorrência de paradas não programadas, minimizar custos com reparos emergenciais e prolongar a vida útil dos equipamentos instalados.

2.3. A contratação de empresa especializada visa garantir a execução contínua dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo a elaboração, implantação e acompanhamento do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, em conformidade com a Lei nº 13.589/2018, a Resolução RDC ANVISA nº 09/2003 e demais normas técnicas aplicáveis aos sistemas de climatização.

2.4. A execução periódica dos serviços permitirá a identificação antecipada de desgastes, falhas mecânicas, elétricas e eletrônicas, assegurando maior confiabilidade operacional dos equipamentos e reduzindo riscos de interrupção dos serviços prestados pelo Conselho.

2.5. A contratação também se justifica pela necessidade de atendimento às exigências sanitárias relativas à qualidade do ar interior, mediante a realização de procedimentos de limpeza, higienização, inspeção e controle dos equipamentos, contribuindo para a prevenção da proliferação de agentes contaminantes que possam comprometer a saúde dos ocupantes dos ambientes climatizados.

2.6. Atualmente, o CRP-MA possui 09 (nove) equipamentos de ar-condicionado do tipo Split, totalizando capacidade instalada de 150.000 BTUs, cuja operação adequada demanda acompanhamento técnico especializado e manutenção periódica compatível com as recomendações dos fabricantes e com a legislação vigente.

2.7. A contratação continuada mostra-se mais eficiente e economicamente vantajosa do que a realização de contratações isoladas por demanda, uma vez que possibilita planejamento adequado das intervenções, maior controle da execução contratual, redução dos custos operacionais e melhoria da disponibilidade dos equipamentos durante toda a vigência contratual.

2.8. A presente contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, na Lei nº 13.589/2018, na RDC ANVISA nº 09/2003, nas Resoluções do CONFEA/CREA aplicáveis à matéria, nas Normas Regulamentadoras NR-10 e NR-35 e demais normas técnicas relacionadas à manutenção e operação de sistemas de climatização.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização instalados na sede do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão – CRP-MA, compreendendo o fornecimento de mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos, instrumentos de medição, materiais de consumo e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.

3.2. A contratação deverá contemplar a execução periódica das manutenções preventivas, o atendimento de ocorrências corretivas, a elaboração, implementação e acompanhamento do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, bem como a elaboração de relatórios técnicos e demais documentos exigidos pela legislação aplicável.

3.3. Os serviços deverão abranger os 09 (nove) aparelhos de ar-condicionado tipo Split instalados na sede do CRP-MA, totalizando capacidade instalada de 150.000 BTUs, compreendendo

equipamentos de diferentes fabricantes e capacidades, conforme inventário constante neste Termo de Referência.

3.4. A manutenção preventiva deverá ser executada de forma programada, observando o cronograma definido no PMOC e as recomendações dos fabricantes dos equipamentos, contemplando, no mínimo:

- I – limpeza e higienização de filtros, serpentinas, bandejas e drenos;
- II – inspeção e testes dos componentes elétricos e mecânicos;
- III – verificação de vazamentos e carga de fluido refrigerante;
- IV – aferição de parâmetros elétricos e operacionais;
- V – regulagem e ajustes necessários ao adequado funcionamento dos equipamentos;
- VI – emissão de relatórios técnicos das atividades executadas.

3.5. A manutenção corretiva deverá ser realizada sempre que identificadas falhas ou mediante solicitação da Contratante, compreendendo diagnóstico, reparo, substituição de componentes defeituosos, testes de funcionamento e emissão de Ordem de Serviço correspondente.

3.6. Eventuais substituições de peças e componentes não contemplados nos serviços rotineiros deverão ser previamente autorizadas pela Contratante, mediante apresentação de orçamento detalhado pela Contratada.

3.7. A solução contempla ainda a disponibilização de suporte técnico durante toda a vigência contratual, garantindo o atendimento aos níveis mínimos de serviço estabelecidos pela Administração, especialmente quanto aos prazos de resposta e atendimento das ocorrências corretivas.

3.8. A contratação deverá assegurar o cumprimento da Lei nº 13.589/2018, da RDC ANVISA nº 09/2003, das normas do CONFEA/CREA, das Normas Regulamentadoras NR-10 e NR-35, bem como das demais normas técnicas aplicáveis aos sistemas de climatização.

3.9. Considerando a natureza continuada dos serviços e a necessidade permanente de manutenção dos equipamentos para garantir a continuidade das atividades institucionais do CRP-MA, conclui-se que a contratação de empresa especializada constitui a solução mais adequada, eficiente e economicamente vantajosa para atendimento da demanda administrativa.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



4.1. A contratação deverá ser executada por empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização, possuindo qualificação técnica compatível com o objeto e observando integralmente a legislação vigente aplicável.

4.2. Os serviços deverão ser executados em conformidade com:

I – Lei nº 14.133/2021;

II – Lei nº 13.589/2018;

III – RDC ANVISA nº 09/2003;

IV – Resoluções do CONFEA/CREA aplicáveis aos serviços de climatização;

V – Normas Regulamentadoras NR-10 e NR-35;

VI – Normas técnicas da ABNT aplicáveis aos sistemas de climatização;

VII – Recomendações dos fabricantes dos equipamentos.

4.3. A Contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados e devidamente capacitados para execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela supervisão técnica, segurança do trabalho e cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e tributárias decorrentes da execução contratual.

4.4. A empresa deverá possuir responsável técnico legalmente habilitado junto ao CREA, com atribuições compatíveis com o objeto contratado, sendo obrigatória a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente aos serviços executados e ao PMOC.

4.5. A Contratada deverá elaborar e implementar o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da emissão da Ordem de Serviço, mantendo-o atualizado durante toda a vigência contratual.

4.6. A execução dos serviços deverá contemplar, no mínimo:

I – manutenção preventiva programada dos equipamentos;

II – atendimento e execução de manutenção corretiva;

III – limpeza, higienização e desobstrução dos componentes dos equipamentos;

IV – inspeções mecânicas, elétricas e operacionais;

V – emissão de relatórios técnicos mensais;

VI – emissão de Ordens de Serviço para atendimentos corretivos;

VII – emissão de ART e demais documentos técnicos exigidos pela legislação;

VIII – apoio técnico à fiscalização do contrato.



4.7. Os materiais de consumo, ferramentas, equipamentos de medição e instrumentos necessários à execução dos serviços deverão ser fornecidos pela Contratada, sem ônus adicional para a Contratante.

4.8. A substituição de peças, componentes ou acessórios defeituosos deverá ser precedida de diagnóstico técnico e autorização formal da Contratante, mediante apresentação de orçamento detalhado pela Contratada.

4.9. A Contratada deverá observar os seguintes níveis mínimos de serviço (SLA):

| Indicador | Meta |
|----------------------------------|-------------------|
| Disponibilidade dos equipamentos | $\geq 98\%$ |
| Primeiro contato técnico | até 2 horas |
| Atendimento corretivo normal | até 8 horas úteis |
| Atendimento emergencial | até 4 horas |
| Cumprimento do PMOC | 100% |
| Entrega dos relatórios | até o 5º dia útil |

4.10. A empresa deverá manter canal de comunicação disponível para abertura e acompanhamento dos chamados técnicos durante todo o período de vigência contratual.

4.11. Para fins de qualificação técnica, a empresa deverá apresentar, no mínimo:

- I – registro ou inscrição da empresa no CREA, quando aplicável;
- II – comprovação de vínculo com responsável técnico habilitado;
- III – atestado(s) de capacidade técnica que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto da contratação;
- IV – comprovação de aptidão para elaboração e gestão de PMOC.

4.12. Em razão da natureza continuada do objeto, os serviços deverão ser executados de forma ininterrupta durante toda a vigência contratual, observando os padrões de qualidade, desempenho e segurança exigidos pela Administração.

Subcontratação

4.13. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, permanecendo a Contratada integralmente responsável pela execução dos serviços, pelo cumprimento das obrigações contratuais e pelos resultados pactuados perante o CRP-MA.



Garantia da Contratação

4.14. Não haverá exigência de garantia contratual prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação e a baixa complexidade dos riscos envolvidos na execução contratual.

Vistoria Técnica

4.15. A realização de vistoria prévia é facultativa, sendo recomendada para que os interessados obtenham pleno conhecimento das condições e peculiaridades do local de execução dos serviços.

4.16. Aos interessados será assegurado o direito de realização de vistoria técnica prévia, acompanhada por servidor designado pelo CRP-MA, de segunda-feira a sexta-feira, das 09h às 16h, mediante prévio agendamento.

4.17. Serão disponibilizadas datas e horários distintos aos interessados, de forma a garantir igualdade de condições entre os participantes.

4.18. Para realização da vistoria, o representante legal da empresa ou o responsável técnico deverá apresentar documento oficial de identificação e documento que comprove sua vinculação ou representação junto à empresa interessada.

4.18.1. O agendamento da vistoria deverá ser realizado por meio do telefone ou WhatsApp nº (98) 98811-8905.

4.19. O interessado que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, assumindo integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta e pela execução dos serviços.

4.20. A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como fundamento para pedidos de alteração contratual, revisão de preços, alegações de desconhecimento das instalações ou quaisquer questionamentos relacionados às condições de execução do objeto, cabendo à Contratada assumir integralmente os riscos decorrentes de sua opção.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início da execução dos serviços ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos contados da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço.

5.1.2. A Contratada deverá elaborar e implementar o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o início da execução contratual, observando as exigências da Lei nº 13.589/2018 e da RDC ANVISA nº 09/2003.

5.1.3. Os serviços serão executados mediante manutenção preventiva programada e manutenção corretiva sob demanda, observando os níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.

5.1.4. A manutenção preventiva deverá ocorrer conforme cronograma definido no PMOC e contemplar, no mínimo:

- I – limpeza dos filtros;
- II – limpeza das bandejas de condensado;
- III – limpeza e desobstrução dos drenos;
- IV – higienização química das serpentinas;
- V – verificação da carga de fluido refrigerante;
- VI – verificação de vazamentos;
- VII – medição de tensão e corrente elétrica;
- VIII – inspeção dos componentes elétricos;
- IX – verificação de capacitores e contadores;
- X – inspeção dos compressores e ventiladores;
- XI – regulagem de termostatos;
- XII – testes operacionais;
- XIII – emissão de relatório técnico.

5.1.5. A manutenção corretiva compreenderá:

- I – atendimento de chamados técnicos;
- II – diagnóstico de falhas;
- III – execução de reparos;
- IV – substituição de componentes defeituosos mediante autorização da Contratante;

V – realização de testes de funcionamento;

VI – emissão de Ordem de Serviço para cada atendimento realizado.

5.1.6. A Contratada deverá emitir relatórios mensais contendo os serviços executados, ocorrências registradas, equipamentos atendidos, recomendações técnicas e situação operacional dos sistemas de climatização.

5.1.7. Durante toda a vigência contratual deverão ser mantidos atualizados:

I – PMOC;

II – ART do responsável técnico;

III – relatórios de manutenção;

IV – registros de atendimentos corretivos;

V – demais documentos exigidos pela legislação aplicável.

5.2. Inventário dos Equipamentos

Os serviços serão executados nos seguintes equipamentos instalados na sede do CRP-MA:

| Item | Equipamento | Capacidade |
|-------|------------------|------------|
| AC-01 | Split Elgin | 18.000 BTU |
| AC-02 | Split Elgin | 12.000 BTU |
| AC-03 | Split Elgin | 30.000 BTU |
| AC-04 | Split Elbrus | 30.000 BTU |
| AC-05 | Split Electrolux | 12.000 BTU |
| AC-06 | Split Midea | 12.000 BTU |
| AC-07 | Split Agratto | 12.000 BTU |
| AC-08 | Split Agratto | 12.000 BTU |
| AC-09 | Split TCL | 12.000 BTU |

Quantidade total: 09 (nove) equipamentos.

Capacidade total instalada: 150.000 BTUs.

5.3. Local da Prestação dos Serviços

Os serviços serão executados na sede do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão – CRP-MA, localizada na Rua das Sucupiras, Casa 24, Quadra 53, Jardim Renascença, São Luís/MA, CEP 65075-400.

Horário de funcionamento: de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.

Telefones para contato:

(98) 3196-1054

(98) 98502-4980 (chatbot)

WhatsApp: (98) 98504-5285

CNPJ: 19.540.933/0001-08.

5.4. Materiais, Peças, Ferramentas e Equipamentos

5.4.1. A Contratada deverá fornecer todos os materiais de consumo, ferramentas, instrumentos de medição, equipamentos, utensílios, escadas, andaimes, equipamentos de proteção individual – EPIs e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços.

5.4.2. Diagnosticadas falhas ou defeitos que demandem substituição de peças ou componentes, a Contratada deverá apresentar orçamento detalhado ao Fiscal do Contrato no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a identificação da necessidade.

5.4.3. A substituição de peças somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa da Contratante.

5.4.4. As peças e componentes substituídos deverão ser novos, originais ou compatíveis com as especificações do fabricante, possuindo qualidade equivalente ou superior àqueles originalmente instalados.

5.4.5. As peças substituídas deverão possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de garantia superior eventualmente oferecida pelo fabricante.

5.4.6. Todos os materiais de consumo utilizados nos serviços de manutenção preventiva e corretiva correrão por conta da Contratada, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

5.4.7. As ferramentas, instrumentos e equipamentos utilizados deverão estar em perfeitas condições de funcionamento e atender às normas de segurança aplicáveis.

5.4.8. A Contratada será integralmente responsável pelo dimensionamento, fornecimento, transporte, utilização, manutenção e conservação dos equipamentos necessários à execução contratual.

5.4.9. Todo material instalado e incorporado aos equipamentos passará a integrar o patrimônio da Contratante após sua aceitação pelo Fiscal do Contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, o cronograma de execução será prorrogado pelo período correspondente, mediante registro formal nos autos.

6.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada deverão ocorrer preferencialmente por meio eletrônico, sem prejuízo da formalização por escrito quando exigida pela legislação ou pela natureza do ato.

6.4. A Contratante poderá convocar representante da Contratada para reuniões, esclarecimentos ou adoção de providências necessárias ao adequado cumprimento das obrigações contratuais.

6.5. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial entre as partes para alinhamento dos procedimentos de execução, fiscalização, comunicação, cronograma de manutenção, atendimento dos chamados corretivos, elaboração do PMOC e demais aspectos operacionais do contrato.

6.6. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por agentes formalmente designados pela autoridade competente, compreendendo, no mínimo, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Gestor do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Fiscalização Técnica

6.7. Compete ao Fiscal Técnico acompanhar a execução dos serviços e verificar o cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto à qualidade dos serviços prestados, observância do PMOC e atendimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.

6.8. O Fiscal Técnico registrará todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual, mantendo histórico atualizado das manutenções preventivas e corretivas realizadas.

6.9. O Fiscal Técnico verificará, entre outros aspectos:

I – cumprimento do cronograma de manutenção preventiva;

II – atendimento aos prazos estabelecidos para manutenção corretiva;

III – elaboração e atualização do PMOC;

IV – emissão da ART do responsável técnico;

V – entrega dos relatórios técnicos mensais;

VI – qualidade dos serviços executados;

VII – atendimento dos indicadores de desempenho estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, quando aplicáveis. 6.10. Constatadas irregularidades, o Fiscal Técnico notificará a Contratada para adoção das medidas corretivas cabíveis, estabelecendo prazo para regularização.

6.11. Quando a solução ultrapassar sua competência, o Fiscal Técnico comunicará imediatamente o fato ao Gestor do Contrato para adoção das providências necessárias.

Fiscalização Administrativa

6.12. Compete ao Fiscal Administrativo acompanhar os aspectos administrativos da execução contratual, verificando a manutenção das condições de habilitação da Contratada e a regularidade da documentação exigida para pagamento.

6.13. O Fiscal Administrativo verificará a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada sempre que necessário e antes dos pagamentos.

6.14. Eventuais descumprimentos contratuais deverão ser comunicados ao Gestor do Contrato para adoção das medidas cabíveis.

Gestão do Contrato

6.15. O Gestor do Contrato coordenará as atividades de fiscalização, acompanhamento e controle da execução contratual.

6.16. Compete ao Gestor do Contrato:

I – acompanhar os registros efetuados pelos fiscais;

II – adotar providências para saneamento de irregularidades;

III – autorizar a abertura de processos administrativos sancionatórios quando cabíveis;

IV – acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;

V – avaliar os resultados obtidos durante a execução contratual;

VI – propor medidas de melhoria na execução dos serviços.



6.17. O Gestor do Contrato emitirá manifestação quanto ao desempenho da Contratada, considerando especialmente:

I – cumprimento dos prazos contratuais;

II – cumprimento do PMOC;

III – disponibilidade dos equipamentos;

IV – qualidade dos serviços executados;

V – atendimento dos indicadores de desempenho e dos níveis de serviço previstos no contrato e neste Termo de Referência, quando aplicáveis. VI – regularidade da documentação técnica exigida.

6.18. A medição dos serviços será realizada mensalmente mediante apresentação dos relatórios técnicos, registros de manutenção, Ordens de Serviço executadas, comprovação da atualização do PMOC e demais documentos exigidos pela fiscalização.

6.19. O pagamento ficará condicionado ao ateste do Fiscal do Contrato quanto à efetiva execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações contratuais pela Contratada.

6.20. Ao término da vigência contratual, o Gestor do Contrato elaborará relatório final de avaliação da execução contratual, contendo informações sobre o cumprimento dos objetivos da contratação, desempenho da Contratada e recomendações para futuras contratações.

6.21. A atuação da fiscalização da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do objeto contratual, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, defeitos ou vícios verificados na execução dos serviços.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, mediante apresentação pela Contratada dos documentos comprobatórios da execução dos serviços previstos no contrato.

7.2. Para fins de medição, a Contratada deverá apresentar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à execução dos serviços:

I – Relatório Mensal de Manutenção Preventiva e Corretiva;

II – Ordens de Serviço executadas no período;

III – Relatório de ocorrências e atendimentos corretivos realizados;

IV – Comprovação da atualização do PMOC, quando aplicável;

V – ART do responsável técnico, quando exigida;



VI – Demais documentos eventualmente solicitados pela fiscalização.

7.3. O Fiscal do Contrato verificará a conformidade dos serviços executados com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto:

I – ao cumprimento do cronograma de manutenção preventiva;

II – ao atendimento dos chamados corretivos;

III – ao cumprimento dos níveis mínimos de serviço (SLA);

IV – à entrega dos relatórios técnicos exigidos;

V – à qualidade dos serviços prestados.

7.4. Poderá haver retenção ou glosa proporcional dos valores devidos quando constatado:

I – descumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos;

II – execução parcial dos serviços contratados;

III – atraso injustificado na execução dos serviços;

IV – ausência de documentação técnica obrigatória;

V – execução dos serviços em desacordo com as especificações contratuais.

7.5. O recebimento provisório ocorrerá mediante ateste do Fiscal do Contrato, após a verificação da execução dos serviços realizados no período de referência.

7.6. O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, desde que não existam pendências ou irregularidades a serem sanadas pela Contratada.

7.7. Constatadas falhas, defeitos ou inconformidades, a Contratada deverá promover sua correção no prazo estabelecido pela fiscalização, sem ônus para a Contratante.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, técnica e profissional da Contratada pela adequada execução dos serviços.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada pela fiscalização, o processo seguirá para liquidação da despesa, observando-se o prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, nos termos da legislação aplicável.

7.10. Para fins de liquidação, será verificado:

I – o ateste da execução dos serviços;

II – a regularidade da documentação apresentada;

III – a manutenção das condições de habilitação da Contratada;

IV – a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida pela legislação.

7.11. Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo ficará suspenso até a regularização da pendência pela Contratada.



Prazo de Pagamento

7.12. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa e o recebimento definitivo dos serviços.

Forma de Pagamento

7.13. O pagamento será realizado mediante ordem bancária em conta corrente indicada pela Contratada.

7.14. Será considerada como data do pagamento a data de emissão da respectiva ordem bancária.

7.15. Quando cabível, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

7.16. A empresa optante pelo Simples Nacional deverá apresentar documentação comprobatória para fazer jus ao tratamento tributário diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

Antecipação de Pagamento

7.17. Não haverá antecipação de pagamento, devendo a remuneração ocorrer somente após a efetiva prestação dos serviços e seu respectivo ateste pela fiscalização contratual.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME

8.1. O contratado será selecionado por meio de procedimento de Dispensa Eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.2 O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

Regime de execução

8.3. O regime de execução contratual será o de empreitada por preço global, considerando a prestação continuada dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização, pelo período de 12 (doze) meses.

Exigências de habilitação

8.4. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.8. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos: que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.15. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos.

Habilitação jurídica

8.16. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.17. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.18. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.19. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.21. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.22. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.23. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.26. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.27. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.28. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.29. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.30. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.31. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.32. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.33. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal /Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.34. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.36. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

8.37. Para fins de qualificação técnica, a empresa deverá apresentar:

I – registro ou inscrição da empresa junto ao CREA, quando aplicável;

II – comprovação de vínculo com responsável técnico legalmente habilitado;

III – pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução satisfatória de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização ou serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto da contratação;

IV – comprovação de aptidão para elaboração e gestão de Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, nos termos da Lei nº 13.589/2018.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 6.196,67 (seis mil cento e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos)**.

9.2. O valor estimado da contratação foi obtido mediante pesquisa de preços realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, considerando propostas comerciais obtidas junto a fornecedores do ramo, sendo adotada a média dos valores válidos coletados para definição do preço estimado da contratação.

São Luís (MA), 09 de junho de 2026.



Giordana Raphaella Torres Santana Sousa
Agente de Contratação do CRP-MA

APROVO O PRESENTE TERMO DE
REFERÊNCIA.

ENCAMINHA-SE À ÁREA DE
COMPRAS PARA AS PROVIDÊNCIAS
CABÍVEIS

São Luís/MA, 09 de junho de 2026.

Ana Letícia Barbosa Lima
Presidenta do CRP-MA



ANEXO II – Modelo de Proposta



DADOS QUE DEVERÃO CONSTAR NA PROPOSTA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

Validade da proposta: 60 (sessenta dias)

Prospecto/Ficha Técnica do produto

Declaramos inteira submissão à Lei nº 14.133/21

Carimbo do CNPJ da empresa

Banco/Agência/nº da Conta-Corrente da Empresa

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

A proposta também poderá ser feita conforme modelo já sedimentado da Empresa convocada, respeitando, é claro, as regras do TR e do edital.

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026

(Processo Administrativo nº016/2026)

MODELO PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS

(Papel Timbrado da Licitante)



Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado do tipo Split instalados nas dependências do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão – CRP-MA, incluindo o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, bem como eventual fornecimento e substituição de peças, remanejamento, instalação e desinstalação de equipamentos, quando demandado pela Contratante, visando garantir o perfeito funcionamento, a conservação e a eficiência dos sistemas de climatização, pelo período de 12 (doze) meses.

Ao Conselho Regional de Psicologia do Maranhão,

Proposta Comercial:

| Item | Descrição | Qntd | Unidade | Valor Total Estimado |
|------|--|------|---------|--|
| 1 | Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado tipo Split, incluindo elaboração, implementação e acompanhamento do PMOC, emissão de ART, fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, pelo período de 12 (doze) | 1 | Serviço | R\$ 6.196,67 (seis mil cento e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos) |



| | | | | |
|--|--------|--|--|--|
| | meses. | | | |
|--|--------|--|--|--|

A empresa deverá apresentar, junto com a proposta, o prospecto/ficha técnica do produto.



Validade da proposta.....(mínimo de 60 dias)

Condições de pagamento:

Declaramos atender todos os itens do edital.

Dados da Empresa:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:.....

Banco:..... – Conta:..... – Agência:.....

Dados do responsável para assinatura do contrato:

Nome:

Cargo:

Identidade:

CPF:

Local (estado), dia, mês e ano.



ANEXO III – MINUTA CONTRATUAL



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS DE AR-CONDICIONADOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS, BEM COMO EVENTUAL FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, REMANEJAMENTO, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO E A EMPRESA.....

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO CRP/MA**, Autarquia Federal, CNPJ nº 19.540.933/0001-08, localizado à Rua das Sucupiras, Qd. 53, Casa 24, Jardim Renascença, Cep: 65075-400, São Luís-MA, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado legalmente pela Conselheira Presidenta **ANA LETICIA BARBOSA LIMA**, Psicóloga inscrita no CRP22/00826, portadora dos documentos de RG. nº e CPF nº, e de outro lado a **EMPRESA.....**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no MF sob o CNPJ nº, com sede cidade de, cep, bairro, estado, neste ato representado por seu Representante Legal,, portador da Cédula de Identidade nº SSP, e CPF.

Resolvem celebrar o presente Contrato de prestação de serviços, conforme descrição especificada na proposta de orçamento a qual faz parte deste contrato, conforme cláusulas e condições a seguir pactuadas, com sujeição às disposições da **Lei Federal nº 14.133/21** e suas atualizações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO



1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado do tipo Split instalados nas dependências do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão – CRP-MA, incluindo o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, bem como eventual fornecimento e substituição de peças, remanejamento, instalação e desinstalação de equipamentos, quando demandado pela CONTRATANTE, visando garantir o perfeito funcionamento, a conservação e a eficiência dos sistemas de climatização, pelo período de 12 (doze) meses.

1.2. A CONTRATADA deverá elaborar, implementar e manter atualizado o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, bem como emitir a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e apresentar cronograma anual das manutenções preventivas, nos termos do Termo de Referência."

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES

2.1. A CONTRATADA deverá executar o presente contrato de acordo com as especificações da proposta apresentada, no que tange às suas características, atualizações e padrões de qualidade, sob pena de rescisão contratual e penalidades cabíveis, devendo seguir suas especificações e quantitativos.

2.2. Dos quantitativos e especificações

| Item | Equipamento | Capacidade |
|-------|------------------|------------|
| AC-01 | Split Elgin | 18.000 BTU |
| AC-02 | Split Elgin | 12.000 BTU |
| AC-03 | Split Elgin | 30.000 BTU |
| AC-04 | Split Elbrus | 30.000 BTU |
| AC-05 | Split Electrolux | 12.000 BTU |
| AC-06 | Split Midea | 12.000 BTU |
| AC-07 | Split Agratto | 12.000 BTU |
| AC-08 | Split Agratto | 12.000 BTU |
| AC-09 | Split TCL | 12.000 BTU |

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. O início da execução dos serviços ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos contados da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço.

3.2. Os serviços serão executados sob demanda, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, não gerando à CONTRATADA direito à execução de quantitativos mínimos ou ao recebimento de valores além daqueles efetivamente autorizados e executados.

3.3 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, que compreendem a retirada das peças e componentes defeituosos, bem como sua substituição pelas peças e componentes, deverão ser realizados por técnicos especializados, com o emprego de técnica aperfeiçoada, ferramentas adequadas para o tipo de equipamento.

3.4 - Deverá ser feita limpeza e higienização completa dos aparelhos de ar condicionado Split, serviços este que devem também ser executados conjuntamente com as manutenções necessárias.

3.5 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, além do acima descrito, consistem em:

1. Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão do gabinete, na moldura da serpentina e na bandeja; 2. Verificar a operação de drenagem de água da bandeja; 3. Verificar o estado de conservação do isolamento termo acústico (se está preservado e se não contém lodo); 4. Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete; 5. Lavar a bandeja e serpentina com remoção do biofilme (lodo), sem o uso de produtos desengraxantes e corrosivos; 6. Limpar o gabinete do condicionador; 7. Verificar os filtros de ar; 8. Verificar e eliminar as frestas dos filtros; 9. Limpar o elemento filtrante. 10. Verificação do fluxo de gás refrigerante, rendimento do aparelho; 11. Verificação da pressão, temperatura e termostato; 12. Verificação da voltagem e amperagem (sem cortar ou danificar o cabo); 13. Verificação dos circuitos elétricos e verificação do funcionamento geral dos equipamentos.

3.6. A CONTRATADA deverá elaborar e implementar o PMOC no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do início da execução contratual."

3.7. Os serviços deverão observar os seguintes níveis mínimos de serviço (SLA):

I – disponibilidade dos equipamentos: igual ou superior a 98%;

II – primeiro contato técnico: até 2 (duas) horas;

III – atendimento corretivo normal: até 8 (oito) horas úteis;

IV – atendimento emergencial: até 4 (quatro) horas;

V – cumprimento do PMOC: 100%;

VI – entrega dos relatórios mensais: até o 5º dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS

4.1. O valor global do contrato será de R\$ _____, correspondente à proposta vencedora da Dispensa Eletrônica nº 001/2026.

4.2- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor contratual possui caráter estimativo, considerando a natureza sob demanda da contratação, não constituindo garantia de execução integral dos quantitativos estimados nem gerando à CONTRATADA expectativa de direito ao recebimento de valores não correspondentes aos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela CONTRATANTE..

CLÁUSULA QUINTA- DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

5.1 O preço pactuado no item 4.1 será pago até o 10º (décimo) dia após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo(a) CONTRATANTE, acompanhada das certidões abaixo: a) Para com a Fazenda Federal, por meio da Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, assim como a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014, emitida pela Secretaria da Receita Federal, da sede ou domicílio da contratada;

b) Para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa contratada, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual e Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa contratada, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede ou domicílio da contratante;

c) Para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da contratada, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal e Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da contratada, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede ou domicílio da contratada;

d) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

e) Para com a Justiça Trabalhista, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

f) A nota fiscal deverá ser apresentada, com até 05 (cinco) dias de antecedência, da data do pagamento;

g) O pagamento do objeto deste contrato, será efetuado, mediante crédito em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária;

5.3. No valor a ser pago pela execução dos serviços estão compreendidos todos os custos necessários à plena execução do objeto contratual, abrangendo materiais, peças, mão de obra, equipamentos, ferramentas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributos, taxas, seguros e demais despesas diretas e indiretas..

5.4 Os preços estabelecidos neste contrato são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser revistos a qualquer tempo, se for o caso de desequilíbrio econômico e financeiro, na forma da Lei;

5.4.1 No caso de prorrogação do contrato, e se couber reajuste, este observará a variação do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO - IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e só incidirá sobre os itens que não tenham sofrido revisão ou repactuação.

5.4.1.1 Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA;

5.4.1.1.1 Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito;

5.4.1.1.2 Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

5.4.1.2 O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do item 5.4.1 desta cláusula.

5.5. A medição dos serviços será realizada mensalmente, mediante apresentação dos documentos exigidos no Termo de Referência.

5.6. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa e o recebimento definitivo dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE QUALIDADE

6.1. A CONTRATADA responderá pela qualidade dos serviços prestados, observando rigorosamente as especificações constantes do Termo de Referência, da proposta apresentada e da legislação aplicável.

6.2. Os serviços executados em desacordo com as especificações contratadas deverão ser refeitos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo estabelecido pela fiscalização contratual.

6.3. O recebimento provisório não exclui a responsabilidade civil, técnica e profissional da CONTRATADA pela adequada execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

7.1. A CONTRATANTE poderá solicitar modificações, acréscimos ou supressões dos serviços contratados, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

7.2 O presente Contrato poderá ser alterado. As alterações contratuais deverão se dar mediante a celebração de Termo Aditivo, de acordo com a vontade das partes, observadas as disposições previstas Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3 Na hipótese de reajustamento do Contrato e demais alterações contratuais que não constituam modificação da essência da avença, e que não alterem cláusulas essenciais à contratação, devem ser formalizadas por simples apostilamento, restando dispensada a realização de aditamento.

7.4 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

7.4.1 As modificações que implicarem em aumento do preço pactuado na Cláusula Quarta, não excederão a 25% (vinte e cinco por cento) do referido preço.

7.5 Se tais modificações ou alterações repercutirem no preço pactuado na Cláusula Quarta ou no prazo do fornecimento será acordado ajuste apropriado, que deverá ser formalizado, através do Termo Aditivo, obedecendo ao prazo de convocação estipulado pela Administração, consoante o Art. 90, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DA CESSÃO DO CONTRATO

8.1 A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o presente contrato.



CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.1.1.1 A não observância do prazo da execução do fornecimento pela CONTRATADA, implicará em multa moratória, não compensatória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da Fatura, até o limite de 10% (dez por cento), independentemente das sanções legais, que possam ser aplicadas, de acordo com os Artigos 156 e 162, da Lei Federal nº 14.133/2021, salvo se o prazo for prorrogado pela CONTRATANTE.

9.1.1.2 Findo o prazo de entrega do objeto e não cumprida a obrigação, sem apresentação de justificativa coerente, o empenho e outros atos expedidos pela CONTRATANTE, serão tornados sem efeito;

9.1.1.3 A aplicação das multas dar-se-á cumulativamente, à medida que cada cláusula deixar de ser cumprida;

9.1.1.4 As multas estabelecidas nesta cláusula serão consideradas dívida líquida e certa e deverão ser pagas em até 30 (trinta) dias, contados da sua cobrança, decorrido este prazo, tais multas serão descontadas de qualquer importância devida à CONTRATADA, ou ainda, cobradas judicialmente, servindo para tanto o presente instrumento como título executivo extrajudicial;

9.1.1.5. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar, além das multas previstas, as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.



9.1.1.6. O valor da multa poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

10.1 A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar os serviços objeto deste Termo;
- b) Os funcionários da empresa contratada deverão estar devidamente identificados, quando da prestação de serviços nas dependências do Conselho Regional de psicologia do maranhão.
- c) Substituir qualquer empregado cuja conduta seja considerada, pela Conselho Regional de psicologia do maranhão, inconveniente para o desempenho das atividades;
- d) A empresa contratada será responsável por quaisquer danos causados diretamente por seus empregados nos Aparelhos que sofrerão manutenção, ou ao patrimônio da Conselho Regional de psicologia do maranhão, ou de terceiros, advindos de imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária;
- e) A empresa contratada deverá executar a manutenção em horários e dias combinados com o fiscal do contrato para exercer a fiscalização do contrato;
- f) A empresa contratada será responsável por quaisquer ônus, despesas, obrigações, trabalhistas, previdenciária, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte, horas extras ou outros benefícios de qualquer natureza, decorrentes da contratação dos serviços e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregador;
- g) A remoção de qualquer um dos Aparelhos, para a realização dos serviços previstos, somente será efetuada mediante autorização prévia em formulário próprio fornecido pelo fiscal do contrato, assim como o contratante fica impedido de facultar a terceiros, sem o consentimento prévio da Conselho Regional de psicologia do maranhão, a execução de qualquer um dos serviços previstos no presente, devendo, em caso de remoção, devolver os aparelhos após a execução dos serviços, no mesmo local de onde foi removido;
- h) Apresentar ao fiscal do contrato relatório técnico das atividades realizadas;
- i) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela contratante quanto aos serviços contratados;

- j) A empresa contratada deverá utilizar peças e componentes novos, originais ou compatíveis com as especificações do fabricante, com qualidade equivalente ou superior àquelas originalmente instaladas;
- k) As peças substituídas deverão possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de garantia superior concedida pelo fabricante;
- l) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;
- m) Comunicar ao fiscal do contrato, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência verificados no curso da execução contratual;
- n) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas neste Termo, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos e utensílios;
- o) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação de serviços;
- p) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à prestação dos serviços;
- q) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Termo;
- r) A inadimplência da empresa contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a Conselho Regional de psicologia do maranhão, nem poderá ser objeto deste Termo, razão pela qual a empresa contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Conselho Regional de psicologia do maranhão;
- s) É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Conselho Regional de psicologia do maranhão durante a vigência do contrato.
- t) É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Conselho Regional de psicologia do maranhão.
- u) Os serviços especificados neste Projeto Básico excluem outros, de idêntica natureza, que porventura se façam necessários para a boa execução da tarefa estabelecida pela Conselho Regional de psicologia do maranhão, obrigando se a empresa contratada a executá-la prontamente como parte integrante de suas obrigações.
- v) A CONTRATADA deverá elaborar o seu plano ou calendário anual de manutenções e disponibilizar ao CRP-MA.

10.2 A CONTRATANTE obriga-se a:

10.2.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.2.2 Receber o objeto deste instrumento, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas;

10.2.3 Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto contratado.

10.2.4 Rejeitar, no todo ou em parte, o que estiver fora das especificações deste instrumento;

10.2.5 Efetuar o pagamento da CONTRATADA na forma determinada neste instrumento;

10.2.6 Notificar à CONTRATADA, por escrito, em caso de ocorrência de eventuais deficiências e/ou irregularidades, para tomar todas as providências para a correção, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, a contar da data da solicitação.

10.2.7 Efetuar a análise do documento de cobrança, atestar em tempo hábil, e encaminhar ao setor competente para a realização do pagamento.

10.2.8 Aplicar as penalidades à CONTRATADA pela inobservância das disposições contidas no documento contratual;

10.2.9 Conferir e atestar a fatura emitida pela CONTRATADA, e após constatar o fiel cumprimento do fornecimento do objeto, providenciar o competente pagamento;

10.2.10 Comunicar à CONTRATADA, todo e qualquer problema referente ao contrato, ficando aquela obrigada a reparar aquilo que foi denunciado, sem ônus a CONTRATANTE;

10.2.11 Glosar as faturas correspondente (s) ao (s) fornecimento (s) prestado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, independentemente de qualquer aviso, ou comunicação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

11.1.1 Inadimplemento de qualquer cláusula deste contrato;

11.1.2 Falência ou recuperação judicial, insolvência ou dissolução judicial ou extrajudicial;

11.1.3 Subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do presente contrato;

11.1.4 Quando as multas aplicadas atingirem 20% (vinte por cento) do valor estimado do contrato devidamente ajustado;

11.1.5 Recusa na substituição dos materiais, rejeitados pela CONTRATANTE.

11.2 Ocorrendo rescisão do contrato por inadimplência da CONTRATADA, fica assegurada à CONTRATANTE o direito de ceder o contrato a quem entender, independentemente de qualquer consulta ou interferência da CONTRATADA:

11.2.1 Rescindindo o contrato nos termos previstos nesta cláusula, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o saldo porventura existente pelos materiais já entregues e serviços já realizados, deduzida as multas e despesas decorrentes da inadimplência, ou a CONTRATADA restituirá à CONTRATANTE às importâncias já recebidas;

11.2.2 A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

11.3. A extinção contratual observará as hipóteses e procedimentos previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ÔNUS FISCAIS E LEGAIS

12.1 O preço estabelecido no item 4.1, inclui todos os tributos incidentes sobre o objeto deste contrato. Quaisquer tributos ou encargos legais que após a assinatura deste contrato venham a ser criados, bem como qualquer alteração dos existentes, inclusive sua extinção, que comprovadamente reflitam no preço contratual, implicaram na sua revisão para mais ou para menos, conforme o caso; 12.2 Será de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento de todos os tributos, encargos e contribuições de qualquer natureza, inclusive para fiscais, de competência da União, dos Estados e dos Municípios, que incidam sobre o objeto do presente contrato;

12.3 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela devolução à CONTRATANTE, das importâncias referentes a ônus fiscais e legais não recolhidas, em decorrência da diminuição dos encargos tributários relativas ao objeto do presente contrato, proveniente da alteração de legislação pertinente; 12.4 Na hipótese de a CONTRATANTE vir a ser autuada, notificada ou intimada, em virtude do não pagamento pela CONTRATADA, à época própria, de quaisquer encargos incidentes sobre o objeto deste contrato, assistir-lhe-á o direito de reter quaisquer pagamentos devido à CONTRATADA até que esta satisfaça integralmente a exigência formulada.

12.4.1 As importâncias retidas, na forma deste item, serão devolvidas sem correção.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

13.1. Quaisquer atrasos no cumprimento dos prazos estabelecidos ou infrações às disposições deste contrato pela CONTRATADA, somente serão considerados como excludentes de responsabilidade e multas contratuais, se resultarem de caso fortuito ou de força maior, desde que atinjam direta e comprovadamente, o objeto do presente contrato;

13.1.1 A CONTRATADA deverá comunicar por escrito e comprovar qualquer evento de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 10 (dez) dias de sua ocorrência, sob pena de decair do direito de invocar o disposto no item 13.1;

13.1.2 Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, como tal reconhecido pela CONTRATADA, será concedida prorrogação nos prazos contratuais, a ser acordada entre as partes, para o restabelecimento das condições normais de fornecimento, desde que cumprida a formalidade do subitem anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no orçamento da CONTRATANTE.

6.2.2.1.1.01.04.04.027-Manutenção e Conservação Bens Móveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

15.1. 15.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

16.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por agentes formalmente designados pela Contratante, compreendendo, no mínimo, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Gestor do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Compete ao Fiscal Técnico acompanhar a execução dos serviços e verificar o cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto à qualidade dos serviços prestados, observância do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC e atendimento dos indicadores de desempenho estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.

16.3. O Fiscal Técnico registrará as ocorrências verificadas durante a execução contratual, mantendo histórico atualizado das manutenções preventivas e corretivas realizadas.

16.4. Caberá ao Fiscal Técnico verificar, entre outros aspectos:

- I – cumprimento do cronograma de manutenção preventiva;
- II – atendimento aos prazos estabelecidos para manutenção corretiva;
- III – elaboração, implementação e atualização do PMOC;
- IV – emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, quando exigível;
- V – entrega dos relatórios técnicos previstos contratualmente;
- VI – qualidade dos serviços executados;
- VII – atendimento dos indicadores de desempenho previstos no contrato e no Termo de Referência.

16.5. Constatadas irregularidades na execução contratual, o Fiscal Técnico notificará a Contratada para adoção das medidas corretivas cabíveis, fixando prazo razoável para regularização.

16.6. Quando a solução da ocorrência ultrapassar sua competência, o Fiscal Técnico comunicará imediatamente o fato ao Gestor do Contrato para adoção das providências cabíveis.

16.7. Compete ao Fiscal Administrativo acompanhar os aspectos administrativos da execução contratual, verificando a manutenção das condições de habilitação da Contratada e a regularidade da documentação exigida para fins de pagamento.

16.8. O Fiscal Administrativo verificará, sempre que necessário e antes dos pagamentos, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

16.9. Eventuais descumprimentos contratuais identificados pelo Fiscal Administrativo deverão ser comunicados ao Gestor do Contrato para adoção das medidas cabíveis.

16.10. O Gestor do Contrato coordenará as atividades de fiscalização, acompanhamento e controle da execução contratual.

16.11. Compete ao Gestor do Contrato:

- I – acompanhar os registros efetuados pelos fiscais;
- II – promover ou determinar as providências necessárias ao saneamento das irregularidades identificadas;

III – propor à autoridade competente a instauração de procedimento para aplicação de sanções, quando cabível;

IV – acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;

V – avaliar os resultados obtidos durante a execução contratual;

VI – propor medidas destinadas ao aprimoramento da execução dos serviços.

16.12. O Gestor do Contrato emitirá manifestação quanto ao desempenho da Contratada, considerando especialmente:

I – cumprimento dos prazos contratuais;

II – cumprimento do PMOC;

III – disponibilidade e funcionamento adequado dos equipamentos;

IV – qualidade dos serviços executados;

V – atendimento dos indicadores de desempenho e dos níveis de serviço previstos no contrato e no Termo de Referência, quando aplicáveis;

VI – regularidade da documentação técnica exigida.

16.13. A medição dos serviços será realizada mensalmente mediante apresentação dos relatórios técnicos, registros de manutenção, ordens de serviço executadas, comprovação da atualização do PMOC e demais documentos exigidos pela fiscalização.

16.14. O pagamento ficará condicionado ao ateste do Fiscal do Contrato quanto à efetiva execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações contratuais pela Contratada.

16.15. Ao término da vigência contratual, o Gestor do Contrato poderá elaborar relatório final de avaliação da execução contratual, contendo informações sobre o cumprimento dos objetivos da contratação, o desempenho da Contratada e eventuais recomendações para futuras contratações.

16.16. A atuação da fiscalização da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do objeto contratual, inclusive perante terceiros, por quaisquer danos, defeitos, falhas ou irregularidades verificadas na prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

17.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo Fiscal do Contrato e definitivamente em até 10 (dez) dias úteis após a verificação da conformidade dos serviços executados, nos termos do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

18.1. A CONTRATADA deverá manter atualizados durante toda a vigência contratual:

I – PMOC;

II – ART do responsável técnico;

III – relatórios de manutenção;

IV – registros de atendimentos corretivos;

V – demais documentos exigidos pela legislação aplicável.



CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS COMUNICAÇÕES

19.1 Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA HABILITAÇÃO

20.1 A CONTRATADA terá que manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

21.1. O extrato do presente contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e nos demais meios oficiais exigidos pela legislação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Todas as comunicações ou notificações relativas a este contrato serão enviadas para os endereços das partes constantes no preâmbulo deste contrato;

23.2 Todas as correspondências e acordos anteriores à data da assinatura deste contrato serão considerados sem efeito, e somente o estipulado no contrato e seus documentos têm validade para a execução do mesmo;

23.3 A CONTRATADA declara, neste ato, ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois, em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos, para isentar-se de responsabilidade pela entrega incorreta do objeto;

23.4 A tolerância ou o não exercício, pela CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste contrato ou na Legislação em geral, não importará em renovação ou renúncia a qualquer desses direitos, podendo a CONTRATANTE exercitá-los a qualquer tempo;

23.5 Aplica-se ao presente contrato, o estipulado na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

23.6. As partes comprometem-se a observar a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), utilizando os dados eventualmente acessados apenas para a execução do objeto contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

24.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca da Cidade de São Luís/MA, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes deste contrato e de sua execução;

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito que os subscrevem.

São Luís (MA), xx de junho de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO

ANA LETICIA BARBOSA LIMA

Conselheira Presidenta do CRP-MA

CONTRATANTE

**EMPRESA
REPRESENTANTE
CONTRATADA**



TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Assinatura: _____

Assinatura: _____

